

Pacote, agora sob o fogo do Senado

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Senado federal iniciou ontem sessão extraordinária às 21 horas, na mais absoluta insegurança do presidente José Fragelli e dos líderes da Aliança Democrática quanto às possibilidades de aprovação do pacote fiscal do governo, diante da disposição do PDS de obstruir a sua votação.

A redação final do texto aprovado pela Câmara só chegou ao Senado no final da tarde. O pacote foi lido

em plenário às 18h53, com um alerta do presidente da Casa, José Fragelli, de que ele só poderia iniciar sua tramitação quatro horas depois, portanto, sete minutos antes das 23 horas. Na sessão que se iniciou às 21 horas, seria apresentado o requerimento das lideranças do PMDB e do PFL visando dar tramitação em regime de urgência ao projeto e, caso esse requerimento fosse aprovado, imediatamente começaria a discussão.

O líder do PDS, Murilo Badaró, prometia endurecer o jogo com o governo: "A Câmara levou dois dias pa-

ra aprovar esse pacote e agora querem que o Senado o aprobe em apenas quatro horas. Nós não concordamos, nem com o conteúdo do projeto e nem com a urgência que o governo quer imprimir à sua tramitação". Badaró garantia que o PDS estava unido para impedir a votação do requerimento de urgência e para emendar o texto aprovado pela Câmara.

A disposição do PMDB e do PFL, às 19 horas, era de repetir o "rolo compressor" utilizado na Câmara, para vencer a obstrução pelo cansaço. Dos 24 senadores do PMDB, só

um estava ausente: o líder do governo no Congresso, Fernando Henrique Cardoso, que se encontra na Índia. Todos os demais peemedebistas, assim como os 21 senadores do PFL, estavam a postos para tentar aprová-lo "na marra". Os líderes da Aliança Democrática pretendiam rejeitar, no voto, todas as emendas que seriam apresentadas pelo PDS porque, modificado no Senado, o pacote teria de retornar à Câmara e, como a Câmara já encerrou seu período normal de funcionamento, as medidas poderiam ser baixadas por decreto-

lei do presidente Sarney. "Se o projeto vai voltar ou não à Câmara ou se o presidente vai usar o decreto não é problema do PDS", comentou o senador Murilo Badaró, apoiado pelo presidente do PDS, Amaral Peixoto, que foi taxativo: "Não votarei como votaram os deputados. Se não tiver conhecimento do projeto, votarei contra ou então vou me abster de votar".

A disposição do PDS, segundo revelou o senador Virgílio Távora (CE), incumbido de dar parecer ao pacote pela Comissão de Economia,

era a de emendar o texto aprovado na Câmara. "Nós não temos dúvida de que o projeto é inconstitucional, quando transforma em empréstimo compulsório o Imposto de Renda já retido na fonte este ano. Ele não poderia legislar com efeito retroativo, como fez. Se a Câmara não corrigiu essa aberração, nós o faremos", disse o senador do Ceará. E informou que o PDS estava disposto a exigir também o fim dos privilégios fiscais que hoje desfrutam os parlamentares, os militares e os magistrados.